O poder de julgamento da revista Veja: uma análise dos casos Nardoni, Richthofen e Eloá[1]

Paula Mathenhauer GUERREIRO[2]
Paula Rosilho dos SANTOS[3]
Mária Lúcia JACOBINI[4]
Pontifícia Universidade Católica, Campinas, SP

Resumo

Esse trabalho apresenta reportagens que a Revista Veja publicou mediante três casos que chocaram o país – Eloá Pimentel, Isabella Nardoni e Suzane von Richtofen – analisadas sob a perspectiva da objetividade, ética jornalística, elementos de persuasão dos meios de comunicação, construção da violência, elementos da narrativa e jornalismo em revista. O objetivo é abarcar os artifícios utilizados por Veja para construção da narrativa, visando a avaliar a forma com que o veículo transcreve os casos de violência e mantém a relação de verdade com os leitores em situações de repercussão nacional.

Palavras-chave:

Objetividade; jornalismo em revista; persuasão; violência.

Introdução

Esse trabalho propõe uma análise do material jornalístico referente a três casos de homicídio que tiveram grande repercussão em toda a mídia brasileira, com o intuito de identificar os mecanismos pelos quais um veículo convence seu público leitor a tomar como verdadeiros julgamentos que refletem sua linha editorial, mas não necessariamente a realidade.

A escolha de Veja, para realizar essa análise, levou em conta o fator da popularidade: é a revista semanal com maior circulação no Brasil e a quarta maior do mundo, nesse formato, com uma tiragem de 1.215.001 exemplares (IVC 2010).

---

[1] Trabalho apresentado na Divisão Temática, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Jornalismo da PUC-CAMPINAS, email: paulaguerreiro.jornal@uol.com.br

[3] Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Jornalismo da PUC-CAMPINAS, email: paulekars@hotmail.com

[4] Orientador do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da PUC-CAMPINAS, email: mlpjacobini@yahoo.com.br

O tema se faz relevante – não só para estudiosos da comunicação, como para o público em geral – por despertar um senso crítico em relação ao conteúdo que é veiculado, tendo em vista a manipulação da interpretação e das verdades, que não são absolutas.

A partir de uma base teórica e de uma leitura prévia do material aqui analisado, foram levantadas hipóteses: a Revista seria tendenciosa, ao julgar pessoas de classe menos favorecidas como culpadas sem prévia decisão judicial; aparentaria um discurso ditatorial, no qual "venderia" uma verdade absoluta como única, sendo como órgão legitimador, acima do bem e do mal; utilizaria, para isso, de elementos da psicologia, como os artifícios da persuasão para manipular a interpretação dos leitores, conduzindo-os a uma narrativa partidária, elitista e subjetiva; e seria, por fim, excessivamente explorador de um mesmo fato, superdimensionando e sensacionalizando-o.

O objetivo é compreender os artifícios utilizados por Veja para construir e elaborar a narrativa, apurando se houve uma abordagem tendenciosa e condenatória, anterior à sentença da justiça, e analisando a forma com que o veículo narra os fatos de violência, em casos de repercussão nacional.

O material teórico para essa análise inclui conteúdos acerca da objetividade, ética jornalística, elementos de persuasão dos meios de comunicação, construção da violência, elementos da narrativa e jornalismo em revista.

O primeiro capítulo, "Conceito do Jornalismo e suas aplicações", traz elementos considerados primordiais para o jornalismo, sendo dispostos como pilares para exercício da profissão: Objetividade, Ética e Verdade.

No segundo capítulo, abarcam-se conteúdos teóricos utilizados pela revista para a construção do seu texto jornalístico, tais como a construção da violência e elementos de persuasão dos meios de comunicação.

O último capítulo consiste em uma mescla de teoria e análise, apresentando um olhar crítico em relação às reportagens selecionadas para esta monografia. Há uma reunião dos conceitos apresentados nos capítulos anteriores que contextualizam e exemplificam questões citadas.

Capítulo 1 – Conceitos do jornalismo e suas aplicações

A atividade jornalística se fundamenta em dois pilares conceituais: informar e comunicar. Cabe ao jornalista, atuando sempre à luz da ética, trabalhar como agente da

mídia, explorando o fato e tornando-o notícia e informação de interesse público, para, enfim, transmiti-lo ao mundo.

O conceito de ética consiste na sistematização de um projeto crítico de legitimação de valores e posturas. Aplicado na esfera comunicacional, resume-se a reflexões acerca da prática da mídia, que devem reger a atuação do jornalista, desenhando limites e fronteiras que direcionam a maneira como o fato deve ser tratado ao ser elevado à condição de notícia.

A qualidade do jornalismo reside numa observação ativa (e não reativa) crítica da realidade (CORNU, 1998), o que está intimamente associado à independência do jornalista em relação à empresa na qual trabalha, à integridade do jornalista e à sua imparcialidade quanto a fontes, personagens e ideologias adotadas na redação, além da resistência do jornalista às pressões comerciais e editoriais, que insistem em calar ou direcionar críticas e questionamentos nas publicações.

Partindo do pressuposto de que a ética jornalística assume como valores fundamentais a verdade da informação, a objetividade, o respeito à vida privada e à humanidade, são condenáveis quaisquer práticas jornalísticas que incentivem o pré-julgamento, a construção de narrativas ou a utilização de elementos persuasivos na intenção de induzir a opinião pública (BUCCI, 2001).

No jornalismo em revista, o discurso jornalístico é, muitas vezes, característico de uma narrativa mais flexível, com alterações no lide, adjetivações ou uso de advérbios, verbos declaratórios e opinativos, títulos abertos, metáforas e associações, legendas opinativas, ironia, entre outros. Apesar dessas modificações feitas em reportagens de revista não serem recomendadas pelos manuais de redação jornalística, essas continuam sendo vistas como jornalismo (NASCIMENTO, 2002).

Ainda que se saiba que a total objetividade é um conceito utópico no jornalismo e que a subjetividade está, mesmo que de forma implícita, apresentada, espera-se que a interferência seja mínima e que o jornalista seja ponderado quanto à escolha das palavras assim como em relação a outros componentes do produto jornalístico.

Capítulo 2 – Violência e persuasão na construção do texto da Revista Veja

"A violência é, assim, uma moeda com alto poder de troca, porque é uma mercadoria que vende e vende bem", sentenciou Porto (2002, p. 165). Em relação a esse produto, o autor ressalta que o mundo jornalístico vive diariamente o dilema entre a cobertura sensacionalista da violência versus a ética nos meios de comunicação.

2.1. Um histórico da voz autônoma de veja

Na edição nº 33 da revista, de 23 de abril de 1969, Veja trazia a primeira capa sobre violência urbana, expondo, sobre um fundo vermelho, uma mão masculina e negra que empunhava um revólver, com o aviso: "Isto é um Assalto". (LISBOA, 2007). Desde então – e durante esses 41 anos – tem sido nítida a construção da violência urbana na revista, com personagens cujas características se repetem nas reportagens sobre essa temática.

Lisboa (2007) identifica três dos mais recorrentes sujeitos em narrativas sobre violência: o negro criminoso, fazendo relação entre a cor da pele, a marginalização e a violência; o Estado, representado pela figura da polícia, com graves deficiências técnicas; o cidadão, originário da classe média, que se vê desprotegido e acuado diante do avanço da criminalidade.

Com esse quadro de simulação da criminalidade no país, Veja explora crimes, com um superdimensionamento da repercussão, agindo como um "tipo de tribunal do júri, antecipando ou dando o tom, em termos de condenação ou absolvição de um suspeito" (PORTO, 2002, p. 160).

Prado reforça que, de acordo com a Revista, a ineficácia do Estado causa um temor generalizado na população, que vê negado seu direito à proteção. "According to Veja, the actions of the State are increasingly insignificant statistically, despite the increase of public investment in security" (2005, p. 53).

A partir dessa rotulação do Estado, a revista coloca-se como o órgão capaz de suprir tal deficiência, assumindo para si o discurso competente de orientar as ações da classe média, no que se refere à proteção contra a violência, e de emitir condenação ou absolvição a respeito de réus, mesmo antes do poder judiciário se pronunciar, como afirma Lisboa.

> *Veja* tem autoridade para falar, não precisa de fontes. Conhece a violência a fundo, suficientemente bem para apresentar um dossiê. Além de saber tudo que se passa na temerosa vida dos leitores, seus medos e angústias, o enunciador é dotado também do saber que pode solucionar o problema e trazer segurança de volta à vida dos indivíduos. (2007, p. 109)

Outra cobertura que exemplifica tal autoridade assumida pela revista é sobre o referendo do desarmamento. Com ilustração provocativa, em que um homem fazendo

sinal de paz é mostrado ao centro da capa, com inúmeras armas em sua direção, a edição de 5 de outubro de 2005, nº 1925, traz na capa a chamada "7 razões para votar NÃO", acompanhada do texto "A proibição vai desarmar a população e fortalecer o arsenal dos bandidos". (LISBOA, 2007, p. 111). Quem informou, com o devido crédito, que seriam essas as consequências da proibição não importa a Veja, tampouco ao seu público leitor, que é convencido da autoridade da Revista.

A capa dessa edição também revela outra característica analisada pela autora – o enunciador da revista ignora a complexidade dos fatores que envolvem um grave problema social, como é o caso da violência. Ao elencar sete razões para votar 'não' ao desarmamento, "além de cair num raciocínio reducionista, de causa e efeito, o argumento de Veja é pouco claro e consistente, nada elucidativo das verdadeiras causas de um fenômeno complexo como a violência urbana" (LISBOA, 2007, p. 83).

2.3. Elementos de persuasão dos meios de comunicação

Os propagandistas de Adolf Hitler, Joseph Goebbels e Julius Streicher foram os primeiros a perceber o poder de persuasão que os meios de comunicação e a propaganda podiam exercer nas pessoas. Ambos tinham a função de persuadir os alemães a aceitar a ideologia nazista, o que provocou o genocídio de milhões de judeus até o final da Segunda Guerra Mundial (1945). Entretanto, podemos perceber ainda hoje poderosas forças de persuasão nos meios de comunicação e nas propagandas. Desta forma, a psicologia social pode ajudar a compreender o que torna uma mensagem eficaz e que fatores influenciam a opinião pública a mudar de opinião (MYERS, 2000).

De acordo com Myers, existem dois traços de persuasão, os centrais e os periféricos. O apelo persuasivo central exige uma audiência analítica e motivada, disposta a refletir sobre a questão central do assunto, levando as pessoas a concordar ou elaborar um contra-argumento. Como explica o autor, os argumentos não são em si mesmos persuasivos se o caráter persuasivo estiver na capacidade de fazer as pessoas pensarem (2000, p.133). Já o traço periférico explora elementos que provocam uma reação sem recorrer ao pensamento das pessoas. As imagens visuais são exemplos desse tipo de argumento, uma vez que não provocam a reflexão, mas sim a simples simpatia e aceitação, ainda que temporária. Desta forma, o traço central é mais eficiente do que o periférico, uma vez que as pessoas são levadas a pensar sobre o assunto de forma mais profunda e analítica, gerando uma concordância duradoura (MYERS, 2000).

O autor destaca que a identidade do comunicador faz uma grande diferença em relação à aceitação da audiência e não é apenas a mensagem central que importa, mas também um traço periférico: quem diz (2000, p.135). Desta forma, a credibilidade do veículo perante a audiência pode determinar se a mensagem será persuasiva, ou não.

Outro traço periférico que pode tornar um comunicador eficaz é a atratividade. Quando a audiência simpatiza-se com o comunicador, ela tende a ouvir a mensagem que ele tem a passar (argumento central) ou, no caso de uma propaganda, por exemplo, o receptor associa o produto com aquele que fez o anúncio (argumento periférico), levando, assim, à persuasão.

A associação da mensagem com bons sentimentos também acentua a persuasão. "Em parte por realçarem o pensamento positivo (quando as pessoas são motivadas a pensar), em parte por ligarem as sensações agradáveis à mensagem" (MYERS, 2000, p.137). As pessoas, quando estão felizes, tendem a tomar decisões rápidas e impulsivas, baseando-se mais nos elementos periféricos.

Por outro lado, as pessoas infelizes tendem a ser mais racionais, por isso são pouco influenciadas por fatores periféricos. "Assim, se você não dispõe de argumentos fortes, é uma boa ideia deixar a audiência animada e torcer para que se sinta bem com sua mensagem, sem analisar cuidadosamente" (MYERS, 2000, p.138). Em alguns casos, despertar o medo e emoções negativas também pode ser eficaz, como em propagandas de cigarro, em que há a associação do vício com doenças, por exemplo.

Portanto, a eficácia de uma mensagem que possui argumentos contrários depende da audiência. Se o público já concorda com a mensagem, um apelo unilateral será mais eficiente, porém um apelo que reconheça os argumentos contrários atinge melhor aqueles que discordavam no começo, ou seja, mensagens bilaterais.

Para finalizar, no traço central da persuasão, o que importa não é a mensagem em si, mas a reação que provoca na audiência. Portanto, se uma mensagem provoca pensamentos favoráveis, ela será capaz de persuadir, porém se ela nos leva a pensar em argumentos contrários, ocorrerá o inverso. Deste modo, a distração é especialmente eficaz quando a mensagem é simples, uma vez que "Estimular o pensamento torna as mensagens fortes mais persuasivas (por causa da contra-argumentação) e as mensagens fracas menos persuasivas" (MYERS, 2000, p.147), e isso inibe a contra-argumentação.

Capítulo 3 – Análise crítica das reportagens

Este capítulo visa à análise das reportagens publicadas pela Revista Veja acerca dos casos Isabella Nardoni, Eloá Pimentel e Suzane von Richthofen. O material teórico utilizado como base para a análise crítica das reportagens traz elementos já apresentados nos capítulos anteriores, tais como: ética jornalística, persuasão dos meios de comunicação, construção da violência pela revista, aspectos relativos à construção da narrativa e objetividade.

3.1. Ética

A partir do momento em que a cobertura jornalística se fixa em entretenimento e na busca pela audiência, a qualidade do jornalismo se perde e se abre espaço para publicações fantasiosas, dados sem bases reais ou atualidade e para a manipulação do leitor através de frases e expressões de efeito.

> Para que seja considerada boa, a imprensa deve corresponder às exigências da verdade: informações exatas, verificadas, apresentadas de modo equânime, opiniões expostas com honestidade livre de preconceitos, relatos jornalísticos verídicos e ciosos de sua autenticidade. (CORNU, 1998 p.64)

Por se tratar de uma polêmica de dimensão nacional, a cobertura do caso Isabella Nardoni foi exaustivamente explorada em todas as mídias. O esgotamento da notícia resultou na publicação de especulações infundadas, de títulos tendenciosos e tentativas desesperadas de garantir os índices de venda da revista.

Mantendo o padrão de cobertura, nos casos Von Richtofen e Eloá Pimentel a Revista abre mão da ética jornalística à medida que, na caracterização das pessoas envolvidas, constrói personagens a partir de narrativas com apelo emocional, elementos persuasivos e subjetivos, em detrimento da objetividade e da isenção característicos do jornalismo de qualidade.

3.2. Persuasão:

Segundo Scalzo (2003), a credibilidade de uma revista, afinal, é seu maior patrimônio. Cultivá-la é, portanto, uma opção estratégica. É um bem imponderável, que leva tempo para ser construído, mas que pode desmoronar com assustadora rapidez.

3.2.1. Isabella Nardoni

A Revista utiliza elementos centrais e periféricos em suas reportagens como forma de persuadir o leitor sobre a culpa do casal Nardoni no assassinato de Isabella. Ao narrar o decorrer dos acontecimentos que ocasionaram a morte da menina, a Revista é bastante objetiva e racional em seus argumentos, baseando-se, na maioria das vezes, em laudos periciais e informações provenientes da polícia.

Observa-se uma tendência da revista em terminar as matérias referentes ao caso com apelos periféricos, como podemos observar nesse trecho:

> Lágrimas e comoção ou a ausência delas em depoimentos não provam nada. Criminosos podem ter dons teatrais ou não. A reação de Nardoni é apenas mais um elemento do mistério que reveste o assassinato cruel de Isabella, dona de um lindo e angelical sorriso (9 de abril de 2008; p.97).

A adjetivação (assassino cruel; lindo e angelical sorriso), como forma de apelo periférico, não provoca reflexão, mas a simples aceitação por parte do leitor. Ao final da edição do dia 16 de abril de 2008, percebe-se esta mesma tendência: "Até lá (final das investigações), a brutalidade que atingiu Isabella continuará ecoando em forma de dissimulação, mentira e covardia" (p. 95).

Segundo Myers (2000), nestes casos observa-se a presença do apelo persuasivo referente à recentidade do conteúdo da mensagem, ou seja, quando se quer enfatizar a informação que vem por último, deve-se passar duas mensagens separadas por um período de tempo e desta forma, a mensagem mais recente desperta uma reação.

A edição do dia 23 de abril de 2008 – trazendo o título "Frios e dissimulados" – fazia referência ao casal Nardoni, que era suspeito do crime, mas ainda não havia sido julgado. Ainda assim, Veja abriu a matéria da seguinte forma:

> O "monstro" que matou a menina Isabella e que seu pai, Alexandre Nardoni, em carta divulgada à imprensa, prometeu não sossegar até encontrar estava, afinal, diante do espelho. E a mulher, que também em carta afirmou ser a criança "tudo" na sua vida ajudou a matá-la com as próprias mãos. Tal é a conclusão a que chegaram os responsáveis pelo inquérito policial que apura o assassinato. (p. 84).

Ao colocar, no início da matéria, uma posição condenando Alexandre Nardoni e só depois esclarecer que aquela era uma conclusão da polícia demonstra o uso do apelo persuasivo da primazia, referente ao conteúdo da mensagem, em que, ao apresentar duas

informações seguidas, é a primeira que desperta uma reação do público, por ser considerada a mais importante.

3.2.2. Suzanne von Richthofen

Na primeira reportagem sobre Suzanne von Richthofen (13 de novembro de 2002), Veja narrou os acontecimentos de forma objetiva, baseando-se em informações fornecidas pela polícia. Deste modo, pode-se dizer que a revista utilizou de apelos centrais para provocar uma reação nos leitores. Porém, nota-se adjetivação desnecessária em um trecho da matéria, denotando o uso de apelos periféricos: "Os detalhes do crime, revelado nas confissões dos assassinos, causam horror e incredulidade" (p.108).

A segunda reportagem sobre o caso (20 de novembro de 2002) não traz dados novos sobre a investigação do crime, mas informações sobre a vida e a infância de Suzanne e seu namorado Daniel Cravinhos. É evidente o uso de elementos periféricos para sensibilizar o leitor, vide o título e a linha fina: "Pareciam tão normais – Eles se tratavam de Su e Dan-dan em viagem secreta para Natal. Ficaram em hotel de luxo, passearam e fizeram amigos" (p. 52).

3.2.3. Eloá Pimentel

Na reportagem acerca do caso Eloá Pimentel (29 de outubro de 2008), nota-se o uso de elementos característicos de apelo periférico, que despertam a reação da audiência por meio da emoção e não da reflexão. Começando pelo título da reportagem "As tintas do inferno" e depois para o lide:

> O inferno teve endereço fixo durante cinco dias, e um endereço, por ironia, abundante em referências religiosas: Rua dos Dominicanos, Conjunto Habitacional Santo André, prédio 24, Santo André, São Paulo. A brutalidade do mais longo cárcere privado já registrado no Estado de São Paulo mesmerizou o país, mas o que as câmeras de TV puderam registrar nem de longe a revelou a sua crueza. (p. 104).

Novamente, percebe-se o uso de adjetivos durante o texto todo, dando um ar sentimental à narrativa, de forma a prender a atenção do leitor para o desenrolar dos acontecimentos.

3.3. A construção da violência

Nas reportagens analisadas, fica evidente a exploração da violência como produto vendável, na medida em que – elaborando narrativas sensacionalistas – Veja reforça a ideia defendida por Porto de que "a violência é, assim, uma moeda com alto poder de troca, porque é uma mercadoria que vende e vende bem" (2002, p. 165), conforme já citado no capítulo anterior.

Regida por essa premissa, a abordagem da revista em relação à temática da violência sempre revela alguns elementos recorrentes, no que tange à discriminação de sujeitos da narrativa, autonomia no julgamento dos fatos e suspeitos e apelo a guias práticos de compreensão.

3.3.1. Isabella Nardoni

Dos três casos aqui analisados, o do assassinato da menina Isabella, ocorrido em 29 de março de 2008, foi o que mais sofreu superdimensionamento da repercussão, com sete reportagens dedicadas ao crime só em 2008, sem contar aquelas que surgiram em 2010, em decorrência do julgamento do casal Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá como culpados.

Nesse conjunto de reportagens, a primeira característica que se pode observar – dentre as apontadas por Lisboa – é a voz autônoma da Revista. "A voz de Veja é de sabedora da verdade. Sua fala se mostra como autônoma, forte, que não precisa recorrer a vozes externas para comprovação, pois basta por si" (2007, p.100).

Desde a primeira edição (nº 2055) que abordou o caso, em 9 de abril de 2008, a revista é precisa no julgamento: "Alexandre Nardoni é tido como uma pessoa violenta" (p. 97). Tido por quem? Não importa à revista, desde que a construção dessa imagem, correspondente ou não à realidade, dê reforço à condenação que faz ao casal.

Na edição seguinte, de 16 de abril de 2008, a reportagem com o título "Isabella continua a morrer" repete o julgamento; dessa vez, tentando valer-se de uma suposta posição da polícia. "Todas as últimas informações sobre o crime reveladas pela polícia nos últimos dias, porém, reforçam as suspeitas sobre o envolvimento, no assassinato, do casal Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá, pai e madrasta de Isabella" (p. 94). Ainda que faça referência a informações concedidas pela polícia, não poderia dizer que

elas reforçam as suas suspeitas sobre o casal, se essa conclusão não tiver surgido da Justiça.

3.3.2. Suzane von Richthofen

As duas edições que cobrem esse crime revelam dois dos sujeitos da narrativa identificados por Lisboa (2007) – o negro criminoso e o cidadão de classe média desprotegido diante do avanço da criminalidade.

Na cobertura do assassinato dos pais de Suzane, partindo da premissa de que a Revista, em relação ao negro criminoso, relaciona a cor de sua pele à classe social correspondente, seria possível depreender que o negro criminoso é o pobre bandido.

Portanto, aí estão os dois sujeitos: os bandidos pobres – Daniel Cravinhos, namorado de Suzane, e Cristian, irmão de Daniel –, que representam a categoria do negro criminoso identificado por Lisboa (2007), e o cidadão de classe média que acaba como vítima do avanço da criminalidade – Suzane, que poderia ter tido uma vida normal se não tivesse se envolvido com alguém de classe social inferior à sua.

> O mundo de Cristian e Daniel era bem diferente do de Suzane. Eles são de uma família de classe média baixa. O pai é funcionário público aposentado e a mãe ajudava no orçamento dando aulas de pintura. Moravam num pequeno sobrado numa vila num bairro da Zona Sul de São Paulo, onde Cristian e Daniel são vistos como jovens problemáticos. (p. 109)

Dessa forma, julga que o comportamento assassino – mais inusitado em uma estudante de classe média alta do que em jovens de classe média baixa – é reflexo de uma criminalidade que, avançando, não só ameaça a vida do cidadão mais financeiramente favorecido, como também pode contaminá-lo.

3.3.3. Eloá Pimentel

Com o título ‘As Tintas do Inferno’, de 29 de outubro de 2008, a única matéria publicada sobre esse caso evidencia, em primeiro lugar, a exploração da violência com sensacionalismo para intensificar seu caráter de vendável.

Quanto aos sujeitos da narrativa identificados por Lisboa (2007), depois de terem sido reconhecidos, na cobertura do caso Von Richthofen, o bandido pobre e o cidadão de classe média acuado diante do avanço da criminalidade, surge – nas

reportagens sobre o caso Eloá Pimentel – o terceiro sujeito: "Trata-se do Estado, mais precisamente da figura da polícia, cujos problemas técnicos são descritos pelo enunciador" (p.81), conforme a Revista faz nessa reportagem:

> A polícia não utilizou equipamentos como microcâmeras ou microfones, que poderiam revelar a posição dos reféns e do criminoso; Nayara que já havia sido liberada por Lindemberg na terça, voltou ao apartamento na quinta. Devolver refém a sequestrador é uma insanidade, de qualquer ponto de vista. (p. 106)

Apontando o fracasso na operação do Grupo de Ações Táticas Especiais (Gate) como o fator determinante para que Eloá fosse assassinada e Nayara, a outra refém, machucada, Veja disseca, em infográficos, cada uma das ações erradas da polícia, finalizando a matéria com o julgamento final.

> São profissionais, sim, e competentes, como mostram os números até agora. Ocorre que, no ramo em que o Gate atua, o de salvar vidas, números impressionantes de nada adiantam. A cada nova missão, parte-se do zero. E um único fracasso pode apagar os sucessos.

3.4. Objetividade

Como meta de um jornalismo pautado na verdade e na apresentação dos fatos, a notícia é uma construção feita a partir de verificações que podem ser constatadas e, portanto, testemunhadas. Para isso, o trabalho do jornalista deve ser uma mescla equilibrada entre o pró, o contra e os diferentes ângulos que compõem uma notícia.

3.4.1. Isabella Nardoni

No caso específico, há uma condenação, de forma explícita, feita por Veja. As publicações, que são anteriores ao julgamento final do casal Nardoni, já publicam um veredicto como se eles fossem os culpados do ocorrido.

Taxações e adjetivações, como "o anjo", "o monstro", "frios", "dissimulados", "assassino" e "convertida", apontam uma subjetividade explícita e sem fundamentos, além de ultrapassarem os limites de análise e chegam ao ponto de indução da opinião pública e condenação.

Na publicação de 30 de abril do mesmo ano, a reportagem "Ainda mais acuados" apresenta uma série de frases que indicam o julgamento precoce, como em "Saiu da delegacia mais suspeito do que quando entrou" (p. 84).

3.4.2 Suzanne von Richthofen

Os títulos das duas matérias sobre o assassinato dos pais de Suzanne Von Richthofen têm caráter apelativo: "Ela matou os próprios pais" e "Eles eram tão normais". Ou seja, é exemplificado um apelo ao sensacionalismo e a espetacularização da notícia como forma de captar a atenção dos leitores, para que eles mergulhem na trama, além do evidente julgamento, reforçando a voz autônoma da Revista.

Na reportagem de 20 de novembro de 2002, "Pareciam tão normais", a Revista traz a seguinte frase: "A cada nova descoberta da polícia sobre o assassinato do engenheiro Manfred von Richthofen e sua mulher, a psiquiatra Marísia, ocorrido em São Paulo, mais impressiona a participação ativa da filha do casal" (p. 52). Apesar das evidências, deve-se lembrar que o primeiro julgamento de Suzane von Richthfen veio a acontecer no dia 5 de junho de 2006. Portanto, ela ainda não estava sentenciada, e a Revista não teria autoridade para dizer se foi realmente ativa a participação dela.

3.4.3. Eloá Pimentel

O caso de Eloá Pimentel é, por diversas vezes, denominado como tragédia por parte da Revista, na medida em que a informação - que é julgada como primordial e foco do trabalho do jornalista - acaba perdendo o posto para a espetacularização.

"Nayara, uma adolescente de 15 anos, foi colocada para negociar com um rapaz desequilibrado, instável e armado – o que contraria não só a razão (...)" (29 de outubro de 2008, p. 108). Neste momento, a Revista Veja deixa transparecer de forma mais evidente a opinião da mesma, a partir do julgamento "o que contraria não só a razão". Além disso, adjetivar Lindemberg, autor do crime, revela total partidarismo e escolha entre o vilão e a mocinha da história.

Conclusão

Muito além da linha editorial, cuja rigidez norteia a produção noticiosa de Veja, a análise deste trabalho sobre a cobertura da Revista nos casos Suzanne Von Richthofen

(2002), Isabela Nardoni (2008) e Eloá (2008) revelou uma forte característica da revista de adotar uma voz autônoma que, ao dispensar fontes, vê-se competente o bastante para julgar a violência urbana do país, valendo-se, para tanto, de um raciocínio reducionista de causa e consequência que ignora a dimensão desse grave fenômeno social. Comprovar essa hipótese, levantada logo no início no trabalho, era o principal objetivo desta pesquisa.

Permeando essas narrativas, verificamos o uso recorrente de elementos de persuasão, como ferramentas para influenciar a interpretação do público leitor, a tentativa de induzir o público à pré-condenação, através da divulgação de suposições infundadas e da construção de personagens "monstros" ou "vítimas sociais" e de narrativas tocantes com frases e expressões de efeito, intencionando comover o leitor.

Tais artifícios, além de ferirem a ética jornalística em sua essência, contrariam os valores que a editoria da revista prega como princípios fundamentais do bom jornalismo, como visto na carta...

> Orgulhamo-nos também por insistir na difícil arte de escrever bem, na transformação do importante em interessante, na preocupação com a isenção e a responsabilidade jornalística e no fortalecimento da livre iniciativa e das nossas instituições democráticas. (CIVITA, 1998)

No entanto, a livre iniciativa do leitor acaba limitada pelos traços periféricos de persuasão, uma vez que a cobertura jornalística realizada, ao invés de fornecer argumentos fundamentados para a formação da opinião pública, traz pré-julgamentos irresponsáveis e infundados e conceitos previamente definidos e delimitados, que são comprados pelo público leitor sem uma reflexão aprofundada particular acerca da situação.

Em suma, a partir da análise pode-se inferir que diante da disputa entre mídias e da competição pelo furo jornalístico a ética jornalística se esvai, abrindo precedência a uma cobertura tendenciosa, parcial e nada objetiva. O jornalismo deixa de figurar como um serviço público de informação e assume a função de manipulador e indutor da opinião pública, valendo-se de artifícios que direcionam a formação de opinião para o recorte conveniente à linha editorial da revista.

Referências bibliográficas

ACERVO DIGITAL VEJA: http://veja.abril.com.br/acervodigital/. Acessado em: 01 de junho de 2010.

BUCCI, Eugênio. Sobre a ética e imprensa. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CIVITA, Victor. Carta em comemoração aos 30 anos da revista Veja. São Paulo, 1998. Disponível em: http://veja.abril.com.br/30anos/p_146.html. Acessado em: 01 de junho de 2010.

CORNU, Daniel. Ética da informação. São Paulo: EDUSC, 1998.

INSTITUTO DE VERIFICAÇÃO DE CIRCULAÇÃO (IVC): http://www.ivc.org.br/
Acessado em: 10 de junho de 2010

LISBOA, Ingrid Valéria. A construção da violência urbana na revista Veja. Dissertação de Mestrado do Programa de Comunidade e Semiótica da PUC/SP, 2007.

MYERS, David G. Psicologia social. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

NASCIMENTO, Patrícia Ceolin. Jornalismo em revistas no Brasil: um estudo das construções discursivas em Veja e Manchete. São Paulo: Annabele, 2002.

PORTO, M.S.G. Violência e os meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. Revista Sociologias. Porto Alegre, V.8, Jul/dez. 2002, pág. 152-171. Disponível em: www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a07.pdf Acessado em: 29 de abril de 2010.

PRADO, José Luiz Aidar. The construction of the other in a brazilian weekly magazine. Brasília: vol. 1, 2005, p. 41 – 63.

PUBLIABRIL. http://www.publiabril.com.br/marcas/4/revista/informacoes-gerais Acessado em 20 de maio de 2010.

SCALZO, Marília. Jornalismo de revista. São Paulo: Contexto, 2003.